

# Missões de paz da ONU no Haiti: uma análise de históricos problemáticos

GABRIEL MUNIR

A República do Haiti vivenciou alguns dos primeiros contatos entre indígenas americanos e europeus no contexto das Grandes Navegações (SOUSA, 2018) e tem sofrido com instabilidade política e intervenções estrangeiras desde então. Diferente das aspirações coloniais do passado, os discursos intervencionistas contemporâneos desde a segunda metade do século XX enfatizam a necessidade de ajuda internacional para alcançar a paz. Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido o principal organismo internacional ativo no Haiti intermediando suas relações com outros países, colecionando uma série de “missões de paz”, isto é, forças militares que atuam em regiões vulneráveis com conflitos armados, cujos efeitos são debatidos pela comunidade internacional.

1  
Os nomes por extenso das intervenções são: United Nations Mission in Haiti (UNMIH), United Nations Support Mission in Haiti (UNSMIH), United Nations Transition Mission in Haiti (UNTMIH), United Nations Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH), International Civilian Support Mission in Haiti (MICAH), United Nations Stabilization Mission in Haiti e, por fim, United Nations Mission for Justice Support in Haiti (MINUJUSTH).

De acordo com documentos oficiais disponibilizados pela própria ONU, as intervenções da organização no Haiti incluem: UNMIH (1993-1996), UNSMIH (1996-1997), UNTMIH (1997), MIPONUH (1997-2000), MICAH (2000), MINUSTAH (2004-2017) e, por fim, MINUJUSTH (2017-2019)<sup>1</sup>. Dessas, a mais influente e duradoura foi a MINUSTAH, que contou com o protagonismo brasileiro. Ainda, em 2023, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por meio da resolução 2699 (2023), Multinational Security Support Mission in Haiti (MSS), a qual se trata de uma nova intervenção estrangeira no Haiti, desta vez liderada pelo Quênia e ativa em 2024. Desse modo, esta análise possui como objetivo esmiuçar a conjuntura política que levou à continuidade de sucessivas intervenções e suas contradições em relação aos objetivos propostos.

## Intervenções anteriores: da UNMIH à MICAH

A princípio, as intervenções do fim do século XX e começo do XXI buscam justificar-se pelo conturbado cenário político

da eleição de Jean Bertrand Aristide em 16 de dezembro de 1990 e o posterior golpe de Estado que o tirou da liderança em 30 de setembro de 1991 (Koops, 2015). Antes de sua chegada ao poder, seu antecessor, Leslie Manigat, eleito em 1988, foi deposto meses depois por um novo golpe, sob acusação de eleições fraudulentas, visto que apenas 4% dos eleitores haviam comparecido à votação (Rey Veich, 2005). Após novas perturbações e uma movimentação política intensa, Aristide é eleito em 1990, e sua agenda, marcada por reformas sociais e estruturais profundas, como distribuição de renda, inquietou as elites haitianas, sendo deposto pelos militares mesmo em um contexto em qual seu partido era maioria no parlamento e no poder executivo. Esse conjunto de ataques escalou uma forte onda de violência, tanto para políticos quanto para a população civil como um todo, o que levou à Assembleia Geral da ONU e seu Conselho de Segurança (CSNU) a condenar as ações ilegítimas e a realizar chamada internacional para solucionar os conflitos, os quais ameaçam a estabilidade da região e geram crises humanitárias. Essa atuação da ONU é justificada pela própria natureza dos objetivos da organização, a qual se propõe a intermediar conflitos de interesse internacional com repercussões humanitárias.

Com isso, em 1993, pela Resolução 867, o Conselho de Segurança instituiu a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), que tinha como objetivo prestar assistência à modernização das forças armadas do Haiti e estabelecer uma nova força policial, sob o pretexto de que isso guiaria as eleições justas no país (Rey Vich, 2005). A missão não duraria mais que seis meses e contaria com implementação de tecnologia policial e uma estrutura militar para receber os enviados internacionais. Mesmo com a aprovação haitiana, visto que uma missão de paz da ONU necessita da permissão do país envolvido, membros da FRAPH (Frente para o Avanço e o Progresso do Haiti), grupo paramilitar no Haiti, impediram o desembarque dos materiais propostos nos acordos, demonstrando a falta de consenso político no país sobre a intervenção. Nesse contexto, a UNMIH foi a primeira de muitas mediações internacionais com o objetivo de desmobilizar ameaças armadas e pacificar a nação caribenha. Após sanções aplicadas ao Haiti, o CSNU aprovou a resolução 940 (1994), a qual permitia os EUA a mobilizar uma equipe internacional para resolver a crise e retomar a estabilidade política (Rey Vich, 2005). O resultado da missão, a qual teve seu tempo estendido pela resolução, foi o desmantelamento do exército haitiano, o retorno de Aristides ao poder e uma reformulação da polícia haitiana junto às reformas de Aristide. Ainda, com o passar do tempo, ocorreram as primeiras eleições, consideradas

satisfatórias e legítimas, elegendo René Preval presidente, antigo primeiro-ministro de Aristide. Contudo, a estabilidade alcançada pela ajuda humanitária e o retorno de Aristide à presidência demonstrou-se frágil pelo reaparecimento de golpes de estado e fortalecimento de gangues nos anos posteriores, além de gerar questionamentos sobre qual a real legitimidade e os limites de atuação de agentes internacionais em territórios soberanos.

Em sequência à UNMIH, foi elaborada Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti, UNSMIH, cujo objetivo foi ajudar o governo do Haiti a manter o ambiente desenvolvido pela UNMIH estável e seguro. A UNSMIH admite a continuidade intervencionista originada pela UNMIH, a partir do apoio à consolidação das instituições democráticas e à capacitação da polícia, porque acreditava que esta não estaria pronta para conter eventuais movimentações políticas anti-democráticas. Seguindo a UNSMIH, houve a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), com princípios muito parecidos com a UNSMIH e a UNMIH, reforçando o treinamento da polícia e a consolidação das instituições em novas técnicas e perspectivas. Por fim, as duas últimas intervenções antes da MINUSTAH foram a Missão da Polícia Civil das Nações Unidas, a MIPONUH, que continuava com o apoio à polícia, mas cortou o apoio militar, e a Missão Civil de Apoio ao Haiti, a MICAH, que substituiu a MIPONUH e tinha como objetivo, para além de continuar treinando a polícia, fortalecer os direitos humanos, o sistema judicial e mediar o diálogo com a comunidade internacional.

A partir disso, é demonstrado que as sucessivas intervenções possuíam o objetivo comum de adequar o Haiti ao sistema político orientado pela ONU e apaziguar a escalada de violência civil e política. Porém, demonstraram-se falhas em melhorar a qualidade de vida dos civis, o que foi demonstrado durante a MINUSTAH, piorando a situação do país e enfraquecendo a soberania tão fragilizada da nação caribenha.

## A MINUSTAH e o Brasil

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, conhecida como MINUSTAH, foi estabelecida pela resolução 1542 do CSNU (2004), pouco tempo depois da resolução 1529 (2004), que aprovou o envio de uma Força Multinacional Provisória. A MINUSTAH foi a missão mais

duradoura e terminou em outubro de 2017, finalizada pela resolução 2350 (2017). Essa intervenção foi planejada após a controversa vitória de Aristide em novas eleições, o que gerou uma desconfiança política e críticas da comunidade internacional, resultando na dissolução do seu governo e de seu exílio (Diniz, 2005). O vácuo de poder deixado pelo exílio do presidente ameaçou a ordem e a paz no país. Nesse sentido, a MINUSTAH partilha do objetivo comum das intervenções interiores de mais uma tentativa de reestruturar as instituições do Haiti.

O Brasil foi o líder da missão e contou com a participação de outros 19 países. Os principais objetivos da MINUSTAH eram criar um ambiente seguro e estável para conduzir uma transição democrática do Haiti, defender os direitos humanos, pacificar o país, desarmar guerrilheiros, promover eleições e fomentar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti.

A liderança brasileira partiu de um plano do governo Lula para potencializar a influência brasileira na política internacional e no Conselho de Segurança, uma vontade nacional que se arrasta desde a origem das próprias Nações Unidas, a fim de consolidar o Brasil como uma potência regional e que pudesse tomar a frente dos interesses sul-americanos (Artifon et al., 2017 apud Oliveira, 2024). Como sinal dessa vontade, o Brasil enviou cerca de 13 mil brasileiros durante o tempo da missão (BRASIL, 2022) e nunca havia tido tamanho poder em uma missão de paz da ONU (Rey Vich, 2005), de modo a instrumentalizar um discurso humanista e de desenvolvimento nacional (Diniz, 2005) para validar seus interesses.

Apesar do discurso contra hegemônico brasileiro (Ramos, 2021), o país perpetuou uma abordagem violenta similar à das potências hegemônicas, com muitas manifestações contrárias da própria população haitiana. Mesmo com as promessas de paz e o otimismo brasileiro, o que pôde ser visto foi uma onda de violência e abusos de poder. A exemplo disso, os métodos de uso da força foram bastante criticados por ocasionar a morte de civis (Kolbe, 2020). Um relatório da ONU conhecido como Cruz Report, realizado pelo general brasileiro Santos Cruz, defendia que as tropas não deveriam hesitar em usar a força: “precisamos mudar nossa forma de atuação, a fraqueza mata nosso pessoal” (Cruz, 2017). Ademais, as tropas brasileiras são tidas como as responsáveis pela epidemia de cólera pelo mau descarte de água contaminada com patógenos em suas instalações, que matou milhares de pessoas e ainda é um problema no país (Victor, 2019). Também houve denúncias

de abusos sexuais, prostituição forçada, pedofilia e escravidão sexual, dentre outros (Braga, Toledo, 2020), incluindo abandono de crianças, tornando a MINUSTAH um caso de derrota e catástrofe.

Assim sendo, a MINUSTAH é considerada um fracasso em estabilizar o Haiti e teve seus efeitos questionados por ter ocasionado novos problemas à população e pelo exaustivo uso da violência. A exemplo disso, o general Otávio do Rêgo Barros comandou o batalhão brasileiro no Haiti em 2010 e liderou, em 2011, a operação GLO (Garantia de Lei e da Ordem) no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, afirmando que, no país caribenho, havia maior “flexibilidade e tranquilidade pois no Alemão, você tomava vinte tiros até poder atirar”. A violência praticada pelo Brasil no Haiti refletiu-se, em última instância, em violência na própria população brasileira, em uma relação estreita entre a política externa e a política nacional. Nessa perspectiva negativa sobre as intervenções, de acordo com Beatrice Lidnstrom, advogada americana que defende vítimas haitianas da ação dos países interventores,

---

*“Quando a ONU se recusa a reparar um erro, as vítimas não têm onde recorrer, no mundo, para obter justiça [...] é um sistema que resulta em completa impunidade para a ONU e um completo vazio para as vítimas de seus abusos. A própria organização fundada para promover os direitos humanos em todo o mundo acaba operando sem respeito pelos direitos humanos”. (Piauí, 2019)*

Para Mario Joseph, advogado que defendeu vítimas de cólera e atua em ações de paternidade contra os capacetes-azuis,

---

*“A Minustah foi uma força de ocupação, não poderia ter sido boa. Por muitos anos, os Estados Unidos usaram o Exército para controlar a política local. Como não havia mais Exército, os americanos usaram a ONU, e ao mesmo tempo usaram o Brasil, vendendo a ideia de que podia ganhar um assento no Conselho de Segurança”. (PIAÚÍ, 2019)*

Os relatos desses pesquisadores reiteram as polêmicas repercutidas na comunidade internacional devido aos imbrólios enfrentados pela população haitiano devido à presença estrangeira.

Por fim, a MINUSTAH foi seguida por uma intervenção menor, a MINUJUSTH (Accioly, 2019), que tinha como objetivo fortalecer as leis do Haiti, o judiciário e os mecanismos de justiça, apoiando a polícia nacional, monitorando os direitos humanos e, até mesmo, adotando um rascunho equivalente ao Código Penal no Haiti. A MINUJUSTH é considerada uma extensão da MINUSTAH, possuindo as mesmas problemáticas associadas.

## A Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MSS)

Em 2013, o Quênia concordou em liderar uma nova missão aprovada pelas Nações Unidas pela resolução 2699, com duração inicial de 12 meses. Diferente da MINUSTAH, o Brasil terá um papel secundário e voltado para apoio material e logístico. A missão tem por objetivo combater a violência de gangues que demonstraram um intenso crescimento na última década, e hoje em dia controlam cerca de 80% da capital, Porto Príncipe. Nesse sentido, a proposta do Quênia foi enviar mil agentes policiais ao Haiti e contará com o apoio de países como Bangladesh, Benin, Chade e Bahamas. Essa decisão foi tomada apenas duas semanas depois do discurso do presidente Joe Biden exigindo da ONU uma forma de conter o problema no Haiti, o que atenuaria o problema da imigração haitiana nos EUA, e um dia depois do Brasil assumir a presidência do Conselho de Segurança. Nessa óptica, fica demonstrada a influência da potência norte-americana nas resoluções e o interesse brasileiro em permanecer influente no Haiti. Assim, a missão, elaborada pelos Estados Unidos e pelo Equador, foi chamada de Missão de Apoio Multinacional à Segurança (MSS) e pretendia estabilizar o país mobilizando uma tropa multinacional.

A MSS foi julgada necessária pela resolução 2699 do CSNU após o assassinato do presidente Jovenel Moise em 2021, o que levou seu sucessor Ariel Henry ao poder. O mandato oficial de Henry terminou em 2022, mas se manteve no poder de forma inconstitucional, resultando em uma insatisfação política que desencadeou uma onda de violência entre

gangues disputando pelo poder (Caitlin Hu, 2024). Na última semana de julho de 2024, o Quênia enviou 400 policiais dos 1000 prometidos para a MSS. O país acredita que a missão será benéfica para o treinamento da polícia queniana e trará benefícios financeiros (Nyamu, 2023). Esse é apenas o começo do planejado para a missão, que contará com o envio de tropas de outros países e o apoio financeiro e logístico de países como Estados Unidos, França e Canadá.

Contudo, a violência de gangues, as quais contabilizam cerca de 200 grupos, continua crescendo, com mais de 2500 mortos e feridos entre janeiro e março. O histórico de intervenções e violência põe em questionamento a eficácia de mais uma intervenção com o pretexto de mitigar a violência de gangues no país devido a resultados controversos nas mais diferentes perspectivas.

## Considerações finais

Em conclusão, fica demonstrado que as sucessivas intermediações internacionais no país caribenho partem de uma continuidade de crises no desenvolvimento das perturbações políticas que impedem a estabilização do país. Nesse sentido, a MINUSTAH, assim como a MSS, apesar do discurso anti-hegemônico de uma potência do Sul-Global em liderar uma missão do Conselho de Segurança, não conseguiu desvencilhar-se de problemáticas apresentadas nas intervenções anteriores encabeçadas pelo Norte-Global. Assim, o discurso da intervenção queniana não parece diferente, o que reforça a compreensão de intervenções no Haiti como pretexto para perseguição dos próprios interesses. A exemplo disso, no caso do Brasil, havia o interesse institucional no poder diplomático e de conseguir influência na política internacional em matéria de segurança e, para os Estados Unidos, o interesse em solucionar o problema do Haiti está intimamente relacionado com a questão migratória vivenciada pelo país.

Ademais, o pretexto de ajuda humanitária foi tido como contraditória e gerando danos significativos no país (Seitenfus, 2017), como a crise de cólera durante a MINUSTAH e a insatisfação popular para com as tropas internacionais (Victor, 2019), conforme foi demonstrado nesta análise. Para os países intervencionistas, o problema do Haiti é um problema nacional, de fraqueza democrática e institucional, não reconhecendo o impacto negativo das

repetidas e lamentáveis intervenções estrangeiras no país, mesmo com inúmeros dados e relatórios comprovando a ineficácia das investidas e o sofrimento do povo haitiano causado pelos interventores, como foi o caso do Brasil na MINUSTAH.

Em síntese, as repetidas missões de paz não trouxeram os resultados imaginados, reforçando uma imagem negativa dos capacetes azuis e dos países envolvidos. Os sucessivos fracassos, sem uma reestruturação real da abordagem, repercutem a violência nacional com mais violência por novos agentes estrangeiros e demonstram uma dificuldade das Nações Unidas em compreenderem a raiz dos problemas que afligem o Haiti e como lidar com eles a partir das intervenções.

# Referências

---

ACCIOLY, Arthur Albuquerque Lemos. Da estabilização ao apoio à justiça: uma análise da MINUSTAH e da MINUJUSTH como referências dos marcos onusianos de peacekeeping e peacebuilding aplicados sobre a conjuntura histórica da República do Haiti . 2019. 57 f. TCC (graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife, **Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, 2019.

**BOSTON UNIVERSITY PARDUE CENTER**. Peacekeeping in Haiti: Successes and failures. Disponível em: <https://sites.bu.edu/pardeeatlas/advancing-human-progress-initiative/back2school/peacekeeping-in-haiti-successes-and-failures/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CAUSWELL, Alexander. Haiti is Facing an Insurgency, Not a Gang Problem. Alexander Causwell, **Foreign Policy**, mar 2023. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2024/03/13/haiti-gang-violence-insurgency-henry-barbeque-kenya-police-un-intervention/>>. Acesso em: 15 jul 2024.

CONSELHO de Segurança da ONU aprova intervenção estrangeira no Haiti. **Brasil de Fato**, Botucatu, out 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/02/conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-envio-de-missao-de-seguranca-ao-haiti>. Acesso em: 15 de jul 2024.

CIORCIARI, John D. Policing Without a Political Plan? The New UN-Backed Mission in Haiti. **Global Governance**, 18 dez 2023. Disponível em: <https://gjia.georgetown.edu/2023/12/18/policing-without-a-political-plan-the-new-un-backed-mission-in-haiti/>. Acesso em: 15 de jul 2024.

DINIZ, Eugênio. O Brasil e a MINUSTAH. Ed. **Security and Defense Studies Review**, 5:1. Belo Horizonte: 2005. 19p. Disponível em: <[http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001\\_g.pdf](http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001_g.pdf)> julho 2014.

EN prenant la tête d'une force internationale en Haïti, le Kenya "joue une carte". **France 24**, Paris, out 2023. Disponível em: <<https://www.france24.com/fr/am%C3%A9riques/20231004-en-prenant-la-t%C3%A4te-d-une-force-internationale-en-ha%C3%Afti-le-kenya-joue-une-carte>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ESPECIAL Forças Armadas - Missão de estabilização do Haiti, a Minustah (05' 23"), **Rádio Câmara**, Brasília, abr 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/269561-especial-forcas-armadas-missao-de-estabilizacao-do-haiti-a-minustah-05-23/>. Acesso em: 20 jul 2024.

# Referências

---

HAITI: Força multinacional enfrenta gangues, enquanto aumenta a violência. **Diálogo Américas**, jul 2024. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/haiti-forca-multinacional-enfrenta-gangues-enquanto-aumenta-a-violencia/>. Acesso em: 23 jul 2024.

HAITI gangs: What you need to know about the situation in the Caribbean nation. **CNN**, 24 maio 2024. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/05/24/americas/haiti-gang-mss-kenya-explainer-intl/index.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

HAÏTI: le déploiement d'un premier contingent de la Mission multinationale d'appui à la sécurité salué au Conseil de sécurité. **UN PRESS**, jul 2024.. Disponível em: <<https://press.un.org/fr/2024/cs15758.doc.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KOLBE, A. Prospects for Post-Minustah Security in Haiti. **International Peacekeeping**, v. 27, p. 1–14, 29 jan. 2020.

KOOPS, J. et al. **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford University Press, v. 1, 2015.

MACEDO, G. C.; SILVEIRA, K. V. R. Cruz Report: conteúdo e críticas. **Conjuntura internacional**, v. 15, n. 3, p. 18, 29 maio 2019.

MINUSTAH Fact Sheet. **United Nations Peacekeeping**, 2024. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

MIYAMOTO, S. A política externa do governo Lula: Aspirações e dificuldades. **Ideias**, v. 2, n. 2, p. 119–132, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. *Press release SC/15571: Security Council calls for immediate ceasefire in Gaza*. 2024. Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/sc15571.doc.htm>. Acesso em: 29 jul. 2024.

OLIVEIRA, Maérson de Melo. A participação brasileira na MINUSTAH como uma ferramenta de projeção de poder. **Observatório Militar da Praia Vermelha**. ECEME: Rio de Janeiro. 2024.

PRIMEIRO contingente da polícia queniana chega ao Haiti para missão de segurança. **O Globo**, Porto Príncipe, jun 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/25/primeiro-contingente-da-policia-queniana-chega-ao-haiti-para-missao-de-seguranca.ghtml>. Acesso em: 15 de jul 2024.

## Referências

---

PRESS release SC/13285: Security Council reiterates demand for immediate ceasefire in Syria. **Nações Unidas**, abr 2018. Disponível em: <https://press.un.org/en/2018/sc13285.doc.htm>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SUPPORT to Haiti's Police, Deployment of Multinational Mission Fundamental towards Restoring Stability in Country, Senior Official Tells Security Council. **UN Press**, jan 2024. Disponível em: <<https://press.un.org/en/2024/sc15571.doc.htm>>. Acesso em: 20 jul 2024.

RAMOS, L. C. S. Contra-hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula. **Carta Internacional**, v. 7, n. 1, p. 69–86, 20 jun. 2012.

RICARDO Seitenfus: "Haitianos são prisioneiros da própria ilha". **Veja**, Rio Grande do Sul, 06 out 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/rio-grande-do-sul/ricardo-seitenfus-haitianos-sao-prisioneiros-da-propria-ilha>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais**. Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

SOUSA, Fernando José de. **A colonização e independência da Ilha Hispaniola**. São Paulo: Editora Histórica, 2018.

TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires; HAMANN, Eduarda Passarelli (Org.). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004–2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. **Instituto Igarapé**, Rio de Janeiro, p.1–121, out. 2017. Disponível em: < <https://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-minustah/Partic>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

TOLEDO, A.; BRAGA, L. M. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e60992, 16 nov. 2020.

UNDER Lula, Brazil Can Take On Regional Leadership. Will It?. **Americas Quarterly**, abr 2023. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/article/under-lula-brazil-can-take-on-regional-leadership-will-it/>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

VEY RICH, Carlos. MINUSTAH: Actores, organización y objetivos. In: SUÁREZ et al. **Crises Locales y Seguridad Internacional: el Caso Haitiano**. Madrid Imprenta Ministerio de Defensa. 2005, cap. 4, p. 106–129.

## Referências

---

VICTOR, Fabio. TERRA DESOLADA: O que o Brasil deixou para trás no Haiti. **Folha UOL**, Piauí, ed. 155, ago 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/terra-desolada/>. Acesso em: 10 jul 2024.

WHAT is peacekeeping. **United Nations Peacekeeping**, 2024. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/what-is-peacekeeping>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

WHO is in charge of the Haiti mission?. **Global Initiative Against Transnational Organized Crime**, jun 2024. Disponível em: <<https://globalinitiative.net/analysis/who-is-in-charge-of-the-haiti-mission/>>. Acesso em: 15 jul 2024.